

## **A História dos descobrimentos entre os cronistas e a realidade**

Já lá vão mais de quarenta anos iniciei uma campanha para contribuir o máximo que me era possível fazer para recuperar a nossa Marinha (entendendo-se esta como o conjunto da Armada e das Marinhas de Comércio, de Pesca e de Recreio) e agora tenho que reconhecer ter sido essa campanha um enorme insucesso dado o estado lamentável de atrasos e de desprezo atualmente verificado particularmente em Lisboa, no Alqueva e no Algarve e para qual gostaria de encontrar explicação.

Assim segui a posição que Jaime Cortesão apresenta na introdução do seu livro "Os factores democráticos na Formação de Portugal" quer quanto às razões da preferência dos seus trabalhos históricos quer quanto à importância de documentos e principalmente da sua interpretação donde resultou agora este texto, mas quero esclarecer que não me considero um historiador mas apenas um utilizador da História na minha atividade de gestor.

Em 1974 logo após a primeira semana de Julho por ter caído o Governo dirigido pelo Prof. Palma Carlos e na semana seguinte ter entrado o Coronel Vasco Gonçalves, recebi uma chamada telefónica do novo Ministro do Equipamento social, Tenente-coronel José Augusto Fernandes, que queria falar comigo. Para isso atravessei a rua e fui ao seu gabinete no Terreiro do Paço onde me convidou de forma muito persuasiva a eu aceitar ser o próximo Secretário de Estado da Marinha Mercante o que assim aconteceu.

Daqui resultou eu ter vivido com bastante proximidade os acontecimentos do período chamado PREC (processo revolucionário em curso) e ter tido assim a certa altura acesso, através de um antigo colega do liceu Pedro Nunes Fernando Oneto, a um relatório da PIDE para o ex-Presidente do Conselho Prof. Marcelo Caetano onde havia informações pormenorizadas dos movimentos dos principais revolucionários, algumas bastante incómodas, mas do ponto de vista global e tendo em consideração o despacho por ele exarado no ofício que o capeava e que dizia "Isto não tem importância, prestem atenção ao General Kaúlza de Arriaga", fiquei convencido de que a História que ficou aceite como relato deste período revolucionário não corresponde à realidade.

Aliás o relato oficial da revolução de 1910 também não é totalmente convincente e na verdade ambas as revoluções foram mais perdidas por quem detinha o poder do que ganhas pelos revolucionários.

Mas na história de revoluções noutros países é normal os cronistas de quem ganha contarem o que se passou com cores mais agradáveis.

Andando mais para trás na nossa História também se vão encontrando algumas discrepâncias entre o que ficou escrito pelos cronistas e o que de facto aconteceu o que não espanta nada pois hoje em dia a nossa comunicação social também omite tantas coisas e deforma tantas outras que no futuro quem ler o que for escrito baseado nela também não será assim que ficará a saber a verdade.

De facto os cronistas modernos, tal como os antigos, (quase) só escrevem o que os seus chefes querem ou permitem que eles escrevam mesmo admitindo-se que já não há censura de lápis azul...

Também desde há muito tempo que não conseguia entender por que razão alguns historiadores, por exemplo Jaime Cortesão e Luis Adão da Fonseca que tão bem analisaram e descreveram os descobrimentos marítimos portugueses aceitavam a

história de Colombo genovês e quando iniciei a escrita deste texto decidi apresentar uma versão dele ser um espião contratado por D. João II prevendo haver reações contra, mas entretanto no Domingo dia 4 de novembro foi apresentado um livro, de Manuel Rosa, de que já tinha conhecimento do seu lançamento nos E. Unidos, onde ficou esclarecido ele ter sido de facto um espião português, portanto criado por aquele Rei. A propósito em 1992 tive a oportunidade de trabalhar com o Prof. Baquero Moreno, com quem muito aprendi, numa sessão comemorativa do nascimento do Infante D. Pedro na Academia de Marinha com uma comunicação com o título “O Infante D. Pedro e o poder marítimo português” onde sugeri a existência nesse tempo de duas elites dominantes a saber: a burguesia marítima e a nobreza feudal.

-O objetivo principal deste texto é contribuir para chamar a atenção para a importância que a nossa Marinha deve ter, e portanto sugerir celebrar alguns factos essenciais da nossa História, digamos com a mesma importância nacional e internacional de 1140, que têm sido completamente desprezados.

Agora só se fala de Mar como se fosse possível tirar proveito dele sem ter uma Marinha bem desenvolvida tal como foi o fator mais importante da nossa identidade e da nossa independência e ainda sugerir a explicação atrás referida.

Factos esses que foram basilares para existirem Portugal e Portugueses e que parece serem desconhecidos ou pelo menos esquecidos pela população atual: a crise de 1383-85 e a evolução da vida política durante o século XV que permitiu a Portugal realizar os descobrimentos marítimos e ser o primeiro poder global e a ponta de lança da expansão europeia.

O que vou apresentar a seguir é forçosamente muito resumido pois quem queira aprofundar este assunto deverá ler por exemplo os livros de Jaime Cortesão ou Damião Peres, ou ainda Vitorino Magalhães Godinho, Gago Coutinho, Luciano Pereira da Silva, António Sérgio, Max Justo Guedes, Joaquim Bensaúde, Luis Adão da Fonseca, e outros, e recentemente os livros de Manuel Rosa, mas embora eu siga quase totalmente estes autores há uma diferença que julgo justificar este texto porque se assim não fosse certamente eu não estaria agora aqui a roubar-vos o vosso tempo.

Em 1139 quando D. Afonso Henriques vence a batalha de Ourique e consegue em 1140 oficializar a aceitação Papal do reino de Portugal ficou de certa forma definido um território, com a respetiva população caracterizada por elevada heterogeneidade, e por uma costa com cerca de uma dezena de portos que desde tempos remotos eram utilizados por todos os navegantes que ligavam os povos mediterrânicos com os povos nórdicos ou seja canal da Mancha e Báltico, mas já com alguma diferenciação das outras populações peninsulares.

Diferenciação que foi sempre crescendo desde a migração moçárabe e com os judeus que a acompanharam trazendo consigo os conhecimentos conservados em Alexandria e que as populações do centro da Europa haviam perdido após a queda do império romano e só recuperaram mais tarde no Renascimento.

Quando se observa um mapa da península ibérica vê-se imediatamente que o território português se distingue do restante pela configuração da maioria dos rios peninsulares desaguarem na nossa costa, confirmando a enorme influência da geografia na formação das nações, ainda por cima havendo nesse tempo muito mais portos utilizados pois não se tinha dado o assoreamento que séculos mais tarde os faria desaparecer.

Note-se que D. Afonso Henriques pertencia a uma nobreza de origem visigótica ainda na fase medieval, portanto pouco vocacionada para atividades marítimas que não fossem costeiras, mas entendeu imediatamente que era vital o desenvolvimento marítimo não só para conseguir auxílio para a reconquista aos mouros do território que ainda não dominava mas também para ganhar poder para resistir à pressão dos reinos vizinhos a quem incomodava este novo reino independente.

Assim durante toda a primeira dinastia assistimos ao desenvolvimento estrutural do país, com relevo especial para os reinados de D. Afonso III e D. Dinis, que iniciando já o movimento europeu da transição da idade média para o renascimento, fortaleceram o poder real diminuindo os poderes da nobreza e das ordens religiosas e aumentando as atividades da burguesia em crescimento muito ligada ao movimento marítimo dos nossos portos e às intensas ligações comerciais com os países do norte europeu.

A formação de uma população que dada a sua enorme diversidade étnica ganhou grande facilidade de convivência como se veio a verificar mais tarde e que foi determinante na sua expansão e na sua identidade pois a predominância passou de rural para marítima com relevo para a contribuição dada pela atividade pesqueira grande preparadora de mareantes experientes.

Convém recordar o facto de que as populações evoluem, além das condições geográficas que as enquadram, muito dependentes das elites dominantes que as influenciam e assim em 1383 já havia uma elite burguesa formada essencialmente nas cidades portuárias com elevada percentagem de judeus sefarditas muitos deles vindos através do norte de África com os árabes e uma elite da nobreza de origem visigótica e culturalmente ainda medieval.

Agora peço-vos me acompanhem numa visão resumida deste período que julgo ser o mais importante da nossa história: o século dos Descobrimentos Marítimos Portugueses.

**-1357** nasce João, filho bastardo do Rei D. Pedro I, portanto meio irmão do Rei D. Fernando I, que será o Mestre da Ordem de Avis

**-1360** nasce Nuno Álvares Pereira

**-1383** morre D. Fernando I

Quando morre o Rei D. Fernando ficaram em confronto as duas elites dominantes que se haviam desenvolvido nos dois séculos anteriores: a burguesia instalada principalmente nos portos e a nobreza principalmente no norte do país.

Ambas pretendendo nomear o seu futuro rei.

A nobreza defendia ser Rainha a filha de D. Fernando casada com D. João de Castela, o que segundo a lei era discutível e não defenderia os interesses da burguesia e por outro lado esta pretendia que o trono fosse ocupado pelo Mestre de Avis filho bastardo de D. Pedro I, originando assim a crise de 1383 que veio a terminar em 1385 com uma revolta popular iniciando-se a dinastia de Avis.

**-1385** em 6 de Abril nas cortes de Coimbra é eleito Rei o Mestre de Avis D. João I e em 14 de Agosto dá-se a batalha de Aljubarrota essencial para a independência de Portugal

- Como consequência das fortes ligações com a Inglaterra e outros países do norte da Europa e com o poder entretanto desenvolvido por D. João I os exércitos de Castela foram derrotados e Portugal consolidou a sua independência. Durante o seu reinado continuou a ser dada importância e força política à burguesia que era essencial ao

desenvolvimento marítimo não facilitando o poder da nobreza, tal como tinha acontecido durante a primeira dinastia.

-**1391** nasce D. Duarte, futuro rei

-**1392** nasce o Infante D. Pedro

-**1393** nasce o Infante D. Henrique

-**1401** D. Afonso, filho bastardo de D. João I, Conde de Barcelos casa com Beatriz, filha de D. Nuno Álvares Pereira, dando início à Casa de Bragança que será a base para reunir os interesses da nobreza ligada às raízes visigóticas.

-**1415** D. João I continuou o desenvolvimento marítimo de tal forma que então, passados que foram trinta anos, teve possibilidades de equipar uma frota com duzentos navios do maior porte para transportar 20 000 soldados e armamento e conquistar Ceuta o que mostra a dimensão que nessa altura tinha a nossa Marinha e que marca o início da expansão marítima portuguesa.

-**1417** o Infante D. Henrique é nomeado pelo Papa Mestre da Ordem de Cristo. Começa então o Infante D. Henrique a dirigir a expansão programada das nossas atividades marítimas em que para lá do papel essencial de defender a nossa independência tinha também o da defesa da fé cristã ameaçada pela expansão islâmica (o que valeu várias ajudas do Papa que nesse tempo era vital) e os interesses económicos fundamentais para permitir o desenvolvimento da nossa Marinha e do País. Para isto tinha as Ordens de Cristo e de Santiago e a ligação com os mercadores e demais intervenientes como geógrafos, estaleiros navais, financeiros, etc o que foi determinante da eficiência e dimensão da nossa Marinha no século XV.

-**1418** é tomada posse da Ilha da Madeira

-**1432** nasce D. Afonso V

-**1433** morre D. João I e fica a reinar D. Duarte

-**1434** Gil Eanes, ainda numa barca de vela redonda, dobra o Cabo Bojador passando a conhecer-se o regime de ventos e correntes nessa região e pouco depois passam a ser usadas caravelas com velas latinas que lhes permitiam bolinar e portanto navegar sem limitações de direção do vento.

Note-se que as caravelas não terão sido uma invenção portuguesa mas uma adaptação baseada nos avanços da nossa construção naval, de embarcações usando velas latinas que existiam no mediterrâneo e possivelmente no Índico, para a navegação oceânica isso sim uma inovação portuguesa porque até aqui só se praticava navegação costeira.

-**1438** morre D. Duarte ficando como Regente o Infante D. Pedro que continuou a política de D. João I

-**1448** D. Afonso V inicia o seu reinado muito ligado ao Duque de Bragança e aos problemas dinásticos de Espanha

-**1449** morre na batalha de Alfarrobeira o Infante D. Pedro em confronto com tropas da nobreza e de D. Afonso V ficando claramente definida a luta pelo poder entre as duas elites dominantes por um lado a burguesia e pelo outro a nobreza que não participava tanto nos descobrimentos e que aparece nos Lusíadas no episódio do velho do Restelo.

-**1452** Viagem de Diogo de Teive para ocidente que terá permitido a perceção de haver terras nessa direção

-**1453** ameaça otomana com a conquista de Constantinopla que reforça a posição portuguesa de combate aos otomanos.

-**1455** nasce D. João II

-**1459** mapa feito por Fra Mauro geógrafo alemão a pedido de D. Afonso V e que

se trata de uma representação ainda totalmente medieval, que não integra os conhecimentos que os portugueses já tinham desenvolvido e não estimulava nada os descobrimentos marítimos e mostra bem o atraso geográfico da Europa central em relação a Portugal.



-**1469** monopólio de Fernão Gomes para se intensificar a exploração da costa abaixo da Guiné

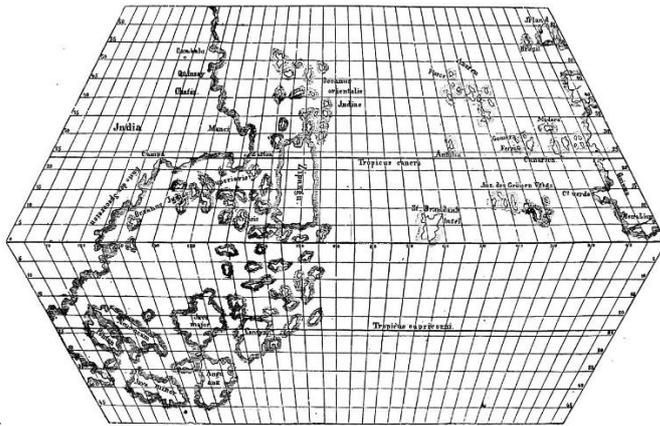
-**1472** João Vaz Corte Real descobre a Terra Nova

-**1474** o Rei D. Afonso V entrega ao Príncipe D. João o encargo de dirigir os descobrimentos e a partir daqui começam as disputas com a Rainha Isabel de Castela e a partir de 1479 com os Reis Católicos após o casamento dela com o Rei D. Fernando de Aragão. Assim o projeto de chegar à Índia em primeiro lugar tinha como essencial evitar a concorrência da Espanha (fruto da fusão dos reinos de Castela e Aragão) o que se tornou numa linha de conduta lógica do seu reinado e implica os melhoramentos feitos quer nos navios e no seu armamento quer na navegação e na cartografia .

Por outro lado D. João tem que enfrentar outra luta, mas interna no país e na família pois os nobres agrupados á volta do Duque de Bragança, que tinham conseguido afastar o Infante D. Pedro em 1449, não aceitavam pacificamente o crescente poder do Príncipe.

Também houve uma carta enviada por Pozzo Toscanelli, reputado geógrafo florentino, que incluía um mapa que aqui se apresenta e representa o almejado Oriente logo ali em frente bastando atravessar o Atlântico para lá se chegar e que tem duas características importantes para este texto: mostra a existência das Índias Orientais logo do outro lado do Atlântico, e o feitio cúbico da Terra que era aceite por europeus ainda medievais como os Reis Católicos mas que nós, navegantes portugueses, como conhecíamos os trabalhos de Eratóstenes de Alexandria sobre a esfericidade e as dimensões reais dela podíamos tirar proveito desta vantagem.

Assim surge a personagem de Cristóvão Colombo (ou Colon) como peão à volta do qual foi organizado o plano para evitar a possível ultrapassagem pela Espanha do projeto joanino de chegar à Índia.



- 1476 Princípio do “mare clausum” que D. João II defendeu eficientemente junto do Papa e que teve aplicação prática nos dois tratados seguintes
- 1478 Colombo casa-se com Filipa Moniz e vive cerca de dez anos em Portugal
- 1479 Tratado de Alcáçovas que fixa o paralelo 27 como separador das zonas de influência a Norte para a Espanha e a Sul para Portugal
- 1481-morre D. Afonso V e D. João II passa a ter o poder total
- 1482 S. Jorge da Mina além da sua importância económica também interessa aqui chamar a atenção para o regresso dos navios pela volta Mina em que se aproximavam mais para ocidente e assim começarem a terem noção direção dos ventos nesta região atlântica.
- 1485 Colombo inicia contactos com os Reis Católicos propondo-lhes o seu projeto, que D. João II não aceitara, embora o mapa de Toscanelli e o globo de Martim Behaim mostrassem o contrário do que sabia dado o avanço existente nos seus conhecimentos geográficos
- 1486 mapa de Ptolomeu ainda aceite na europa central que importa comparar com o de Henricus Martellus quatro anos mais tarde depois de ser conhecida a viagem de Bartolomeu Dias



- 1488 Bartolomeu Dias descobre o Cabo da Boa Esperança e a passagem para o oceano Indico.
- A partir daqui era preciso tomar as decisões que se impunham para se chegar à Índia e que era de construir naus pois as caravelas não tinham a dimensão necessária mas as naus não bolinavam.
- Portanto era indispensável conhecer os regimes de ventos e correntes do Atlântico sul o que, já sendo conhecida a volta da Mina, bastava navegar para ocidente alguns dias o

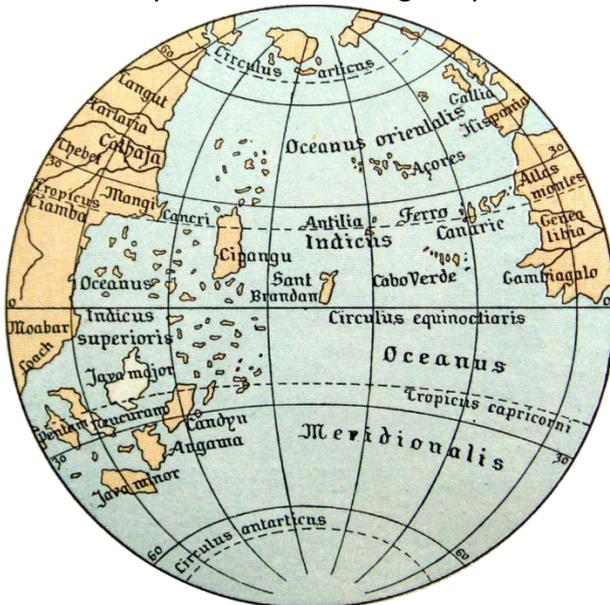
que logicamente implicou ser descoberto o território que seria mais tarde o Brasil. O que foi realizado com o máximo segredo pois havia o perigo da Espanha, com a sua frota galaico-biscaína, poder adiantar-se mesmo estando Portugal mais adiantado em navegações oceânicas.

**1490**-mapa de Henricus Martellus

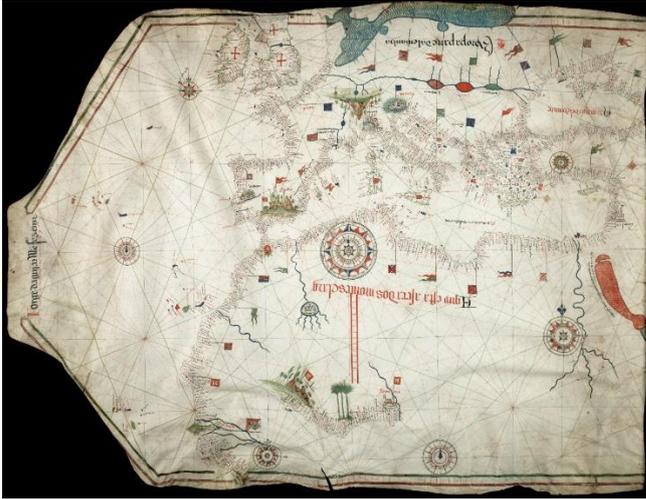


**1491**- Morte do Príncipe D. Afonso num desastre a cavalo o que afetou o projeto político de D. João II

-Esta planificação do mapa de Martin Behaim, de Nuremberga que trabalhou em Portugal foi também um fator importante que Colombo usou para convencer os Reis Católicos a patrocinarem a viagem que deu a descoberta da América a Espanha



**-1492** Carta de Jorge de Aguiar que mostra claramente a enorme diferença de qualidade e de conhecimentos de geografia entre Portugal e os países europeus



-**1492/1493** viagem de Colombo de descoberta da América (nome posteriormente originado por Américo Vespúcio que nada descobriu) e no regresso visita D. João II em Alenquer e este reforça a sua suposta traição confirmando ter chegado ao Oriente pois convinha que os espanhóis além de terem chegado também se fixassem lá de forma a permitir os portugueses serem os primeiros a chegar de facto à Índia. A seguir D. João II avisa os Reis Católicos que os seus navios tinham entrado em territórios que de acordo com o Tratado de Alcáçovas-Toledo pertenciam a Portugal o que implicava ele ter que enviar uma armada para os resgatar.

Para evitar tal confronto iniciaram-se negociações entre representantes de ambos os países que originaram o Tratado de Tordesilhas

-**1494** Assim se desenvolveram as negociações entre os representantes de ambos os Reis de Portugal e de Espanha que culminou com a assinatura em Tordesilhas e em que os limites da expansão marítima de cada país passou a ser um meridiano cuja posição inicial a pedido de D. João II passou 270 léguas para ocidente ficando desta forma a incluir o futuro Brasil.

Após as assinaturas os Reis Católicos propõem a D. João II a formação de uma frota comum para irem demarcar o meridiano de Tordesilhas. Viagem que obviamente ele deixa cair pois se assim não fosse ficava patente a sua estratégia de sigilo total quanto ao descobrimento desse território ainda desconhecido.

-**1495** morre D. João II e sobe ao trono D. Manuel I, que logo muda a bandeira nacional para a que passou a ser usada por todos os soberanos seguintes e que era a bandeira dos Bragança.

Mas a gestão praticada alterou-se particularmente quanto ao início da destruição da burguesia com a perseguição aos judeus, embora menos violenta que a que praticavam os Reis Católicos, e à mudança do sistema pró-ativo e inclusivo seguido pelos reis de Avis para o sistema reativo e extrativo que caracterizou as elites dominantes a partir de então até hoje.

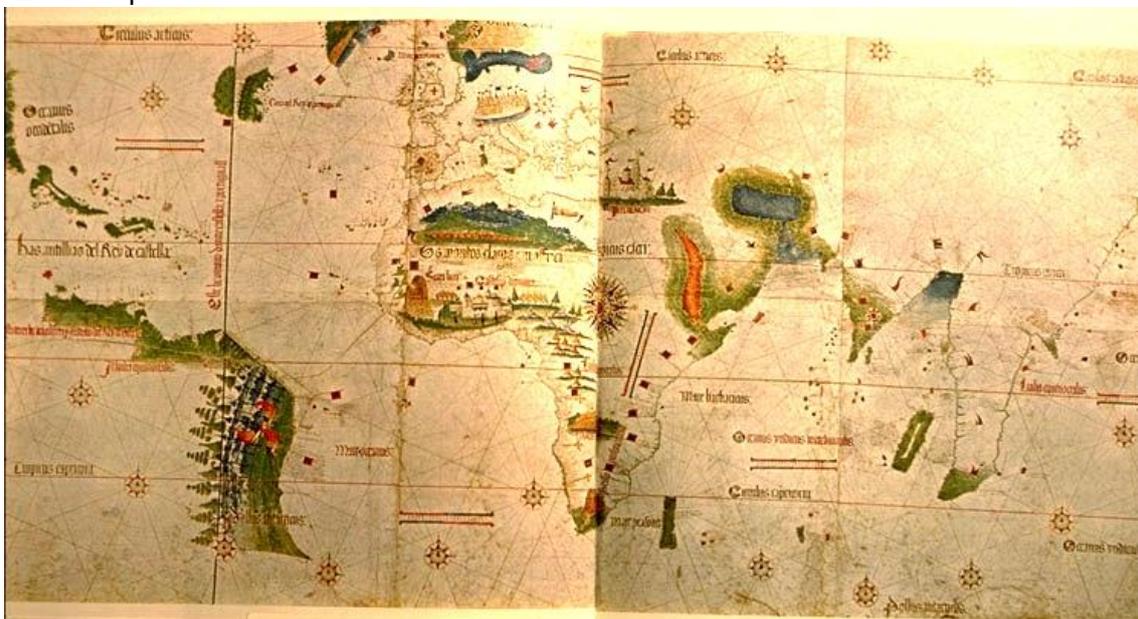
Mas D. Manuel I além de apagar o máximo que pôde dos feitos de D. João II, que certamente esteve na origem da ausência de referências internacionais conforme se verifica nas crónicas coevas também se esforçou por convencer os reis europeus mais ligados aos Avis de que ele também era Avis embora tivesse não só acabado com a rivalidade com os Reis Católicos mas mais tarde ficou enfraquecido e até dependente deles quando inicia a perseguição aos judeus.

Durante este período são construídas as naus para ir à Índia no estaleiro da Azinheira Velha no Barreiro, uma vez que naquela região havia matas de pinheiros com o que se faziam os costados e pavimentos e azinheiras com o que se fazia o cavername. Aliás o rio Coina foi, até ser construído o atual Alfeite, a base da Armada Portuguesa, ficando mais a montante a fábrica de biscoito hoje quartel dos fuzileiros navais e só não é agora um grande centro náutico, conforma projeto proposto em 1997, por causa dos preconceitos políticos anti-marinha do Município do Barreiro.

**-1497/8** Vasco da Gama comanda a primeira viagem de uma frota europeia à Índia iniciando a expansão europeia para o oriente para o que foi essencial o conhecimento prévio do regime de ventos e correntes do Atlântico sul. Só em 1498 é que após a terceira viagem de Colombo à América se ficou a saber a dimensão dos territórios que a Espanha ganhou.

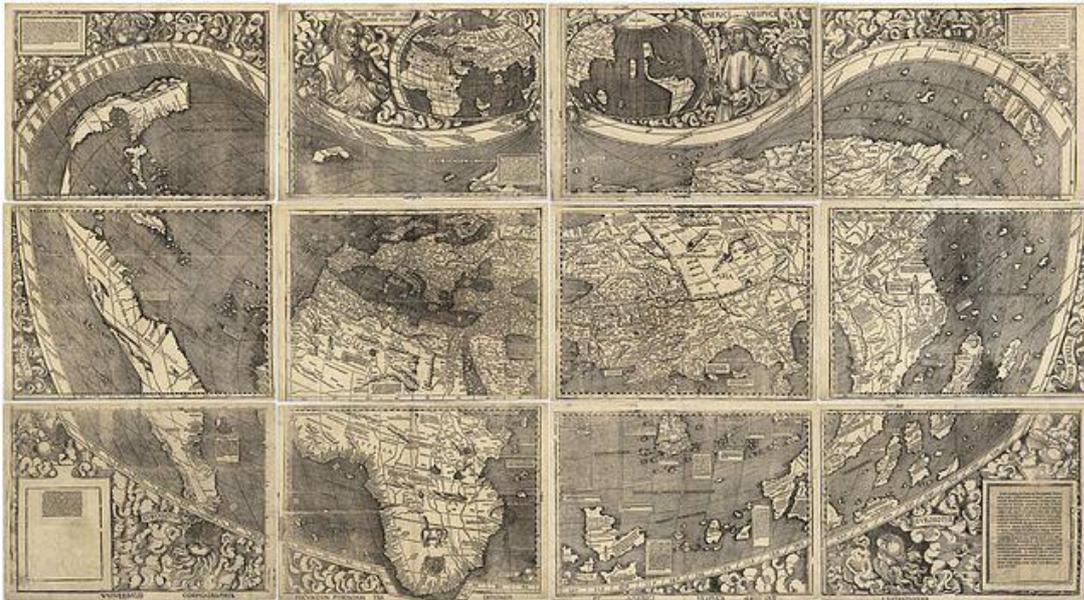
**-1500** Pedro Álvares Cabral comanda uma frota que no caminho para a Índia toma posse do Brasil tendo a carta de Vaz de Caminha servido a D. Manuel para a enviar aos Reis europeus a fim de compor as dificuldades inerentes à política de sigilo praticada por D. João II, como logicamente não podia ter deixado de a fazer para atingir o seu objetivo principal.

**-1502** mapa de Cantino



**-1507** Mapa de Waldseemuller

Note-se a diferença de qualidade entre estes dois mapas o que mostra o avanço que Portugal tinha em conhecimentos de geografia e cartografia



Mas por que razão com todo este avanço sobre os países europeus nossos concorrentes acabou por ficar como o mais importante descobrimento o realizado por Colombo e Portugal ser quase apagado na História deste período?

Primeiro certamente contribuiu a política de sigilo sempre praticada desde o tempo do Infante D. Henrique e muito acentuado por D. João II. Depois pela política de D. Manuel I que como já vimos tentou com sucesso escamotear o mais possível os feitos do Rei anterior de tal forma que os historiadores sempre consideraram a dinastia de Avis a acabar com D. Sebastião quando de facto acabou com a morte de D. João II pois D. Manuel já é um Bragança principalmente no que respeita à gestão do país.

Na realidade a História de Portugal poderia até dividir-se em duas partes do ponto de vista de gestão: a primeira da fundação até 1495 (morte de D. João II) com prática pró-ativa e inclusiva e a segunda desde aí até hoje com a prática reativa e extrativa. Com efeito a herança deixada pela primeira fase foi de um potencial de riqueza verdadeiramente espantoso que deveria ter sido aplicado em benefício do desenvolvimento da população mas depois foi desaproveitado e delapidado: perdemos a independência, que recuperámos com valentia e grande auxílio estrangeiro, perdemos a revolução industrial que no século XIX nos fez ficar sem Marinha o que se prolongou até final da guerra de 39-45 em que deliberou recuperá-la de tal forma que em 74 estávamos entre os países com Marinhas relevantes mas gerou-se o preconceito de que era uma atividade colonialista e portanto para ser eliminada o que também favorecia alguns interesses corporativos.

Este desinteresse pela Marinha veio ao de cima na Expo 98 em que um relatório da CMIO (Comissão Mundial Independente para os Oceanos), cuja introdução era assinada por Mário Soares e Mário Ruivo, afirmava ter sido Colombo o primeiro navegador oceânico e entretanto vários projetos quer de Marinha de Comércio quer de Recreio desde 1985 foram proibidos e/ou não autorizados perdendo-se alguns milhares de postos de trabalho e prestígio internacional enquanto se realizam reuniões e publicações sobre o Mar não levando em consideração que para Portugal o Mar sem termos Marinha forte pouco mais é que paisagem.

Aliás recordo-me de em 1984 quando entrei para a Academia de Marinha na primeira comunicação que ali apresentei e cujo título era “O Mar na origem e no futuro de Portugal” na parte final, quando enumerei o potencial económico e científico dos territórios atlânticos que nesse tempo ainda não eram nossos, ter afirmado que se não nos equipássemos com empresas e Marinha poderosas o mapa então apresentado iria ser outro mapa cor de rosa com tinha acontecido no século XIX. Agora passados mais de trinta anos temos um país sem independência com atividades essenciais para a ter entregue a estrangeiros por mera conveniência de tesouraria momentânea, decisão que deveria ter sido considerada inconstitucional. E de Marinha muito pouco.

Em compensação a Espanha quando festejou o centenário da primeira viagem em 1992 construiu uma frota idêntica à original, que depois de dar a volta ao mundo está em exposição em Los Palos em Huelva. Aliás os Habsburgos nunca esqueceram quem lhes proporcionou a riqueza que lhes permitiu construir o seu império e o nome de Colombo ficou a ser para muita gente em todo o mundo como o primeiro navegador oceânico.

Não tenhamos qualquer dúvida: se a revolução de 1383 tivesse como vencedora a nobreza, e portanto João de Castela como rei nunca teria havido descobrimentos marítimos como os portugueses, nem um país chamado Portugal nem uma língua portuguesa falada por muitos milhões em todo o mundo.

E toda a história da europa e do mundo teria sido outra e sem Portugal.

Assim aparece a primeira data relativa à revolução de 1383 e à tomada de posse de D. João I, por exemplo 6 de Abril de 1385 ou outra desde que seja comemorada a revolução mais importante da nossa história depois de 1140 e se passe a dar a devida importância à Marinha.

Colóquio dos Olivais 2017-11-23

José Carlos Gonçalves Viana